A Entrevista de Paulo Galo no Três Irmãos: Notas Críticas

Já tem um tempo que venho maturando a necessidade de escrever um texto sobre Paulo Galo. Com esforço considerável, assisti à sua entrevista no podcast *Três Irmãos*, conduzido por Rodrigão e Robertinho (duas antas do ponto de vista político e comunicacional). Pensar sua atuação pública e as polêmicas em que vem se envolvendo exige um debate de grande densidade, capaz de atravessar as tradições políticas da esquerda e suas contradições históricas, os processos de luta engendrados por setores autônomos da classe, a midiatização dessas experiências e a captura progressiva de personagens forjados no calor do conflito por estruturas comunicacionais interessadas em administrar suas aparições, reorganizar seus sentidos e colaborar ativamente para a institucionalização da política, isto é, para a conversão de experiências reais de enfrentamento em mercadoria discursiva, circulação controlada e esvaziamento estratégico. Sendo Paulo Galo uma figura de peso na cena política recente, torna-se necessário submeter seu pensamento e sua prática a um exame, atento tanto aos seus méritos quanto aos seus limites, sem concessões afetivas, sem blindagens militantes e sem a indulgência típica de um tempo em que a crítica é frequentemente sacrificada em nome da adesão, da torcida ou da conveniência circunstancial.

Quero iniciar este texto situando quem é Paulo Galo e de que modo se constitui o seu processo de politização, compreendendo sua trajetória como parte de uma configuração histórica específica em que o trabalho urbano, reconfigurado pela expansão das plataformas digitais e intensificação da precarização, produz formas de consciência que não emergem de tradições organizativas estáveis, mas de experiências fragmentadas que, ao se acumularem, passam a exigir elaboração política. Paulo Roberto da Silva Lima, conhecido como Paulo Galo, se forma no interior das periferias de São Paulo, espaço em que a inserção no mundo do trabalho se dá sob condições marcadas pela instabilidade, informalidade persistente e necessidade constante de adaptação a atividades que garantam a reprodução imediata da vida, sem oferecer qualquer horizonte de segurança. Esse percurso é uma regra para amplos setores da classe trabalhadora brasileira nas últimas décadas, especialmente após a reestruturação produtiva que dissolveu formas relativamente estáveis de emprego e expandiu um universo de ocupações desprovidas de proteção institucional.

A entrada de Galo no trabalho por aplicativos representa a inserção em uma forma de exploração que reorganiza a relação entre capital e trabalho, substituindo a figura clássica do patrão por sistemas de gestão baseados em algoritmos, avaliações e mecanismos de controle indireto que operam com alto grau de opacidade. A experiência cotidiana do entregador, marcada por jornadas extensas, remuneração variável, riscos constantes e possibilidade permanente de bloqueio unilateral, produz um tipo de percepção social que tende a romper com a ideia de autonomia propagada pelas plataformas, revelando a dependência que sustenta esse modelo. Nesse contexto, se desenvolve o processo de politização de Galo, sem uma formação teórica sistemática previamente consolidada, elaborando progressivamente uma experiência compartilhada, na qual problemas inicialmente percebidos como individuais passam a ser reconhecidos como expressão de uma condição comum, o que força um processo amplo de politização e conflitos evidentes. A convivência com outros trabalhadores, a troca de relatos sobre bloqueios, quedas de rendimento e estratégias de sobrevivência, assim como a percepção de que essas experiências se repetem de forma recorrente, criam as bases para uma compreensão mais ampla da exploração, abrindo espaço para a construção de práticas coletivas.

A emergência dos Entregadores Antifascistas, no contexto da pandemia de 2020, foi um momento de condensação desse processo. A intensificação da demanda por entregas, associada à exposição ampliada desses trabalhadores no espaço público, produz uma visibilidade inédita para uma categoria até então relativamente invisibilizada, ao mesmo tempo em que evidencia de maneira aguda as condições sob as quais esse trabalho é realizado. A organização de paralisações, manifestações e ações coordenadas surge como resposta a um acúmulo de tensões que encontram naquele momento uma possibilidade de expressão coletiva. Galo se projeta nesse cenário como uma figura capaz de articular linguagem e experiência, transformando vivências dispersas em discurso politizado, sem recorrer a mediações excessivamente abstratas. Sua fala se caracteriza por uma combinação de referências práticas, memória recente de luta e uma disposição para confrontar diretamente estruturas de poder, o que lhe confere ressonância junto a setores que não se reconhecem nos formatos tradicionais de organização política. Essa capacidade de comunicação, entretanto, não pode ser dissociada das condições que a tornam possível, uma vez que sua circulação se dá majoritariamente por meio de

plataformas que operam segundo critérios de visibilidade e engajamento, introduzindo desde o início uma tensão entre expressão política e captura midiática.

Ao longo desse percurso, a trajetória de Galo passa a atravessar diferentes campos de disputa, articulando a questão do trabalho precarizado com debates mais amplos sobre violência estatal, racismo estrutural e memória histórica, especialmente após o episódio envolvendo a estátua de Borba Gato. Essa ampliação do campo de intervenção torna visíveis relações que já atravessavam a experiência social que o constitui, uma vez que a precarização do trabalho, a repressão policial e a produção de narrativas históricas oficiais integram um mesmo conjunto de determinações que estruturam a vida nas periferias urbanas. A compreensão de quem é Paulo Galo exige, portanto, uma abordagem que considere simultaneamente as condições materiais que estruturam sua trajetória, os processos de politização que emergem dessas condições e as formas de mediação que reconfiguram sua atuação no espaço público, produzindo uma figura que concentra, em si, tanto a potência de uma experiência coletiva em movimento quanto os limites impostos por um ambiente político e comunicacional que tende a absorver, reorganizar e, em última instância, neutralizar aquilo que nele aparece como força de ruptura.

Se a trajetória de Paulo Galo só pode ser compreendida a partir das condições materiais que a engendram, a análise de sua entrevista no podcast Três Irmãos exige compreender a questão em outro plano, não mais centrado apenas na formação de sua experiência política, mas na forma através da qual essa experiência passa a circular, ser interpretada e, sobretudo, reorganizada no interior de um dispositivo comunicacional que não opera de maneira neutra, obviamente. A entrevista, na verdade, é uma estrutura que condiciona previamente o modo como essas ideias podem aparecer, estabelecendo limites, ritmos e registros que incidem diretamente sobre o conteúdo do que é dito. O ambiente construído ao longo da conversa, marcado por um tom de informalidade constante, pela presença recorrente de interrupções, comentários laterais e momentos de descontração forçada, cria uma sensação de proximidade que, à primeira vista, pode sugerir abertura e espontaneidade, mas que, sob análise mais detida, revela um mecanismo de regulação da fala que impede o aprofundamento das questões colocadas. A crítica, quando emerge, não encontra condições de desenvolvimento contínuo, sendo frequentemente absorvida por uma dinâmica que privilegia a leveza, a fluidez e a manutenção do ritmo, elementos fundamentais para a retenção da audiência, mas profundamente limitadores do ponto de vista da elaboração política.

A atuação dos âncoras não pode ser reduzida a uma suposta falta de preparo ou a uma limitação individual de compreensão, ainda que tais aspectos se manifestem de forma evidente em diversas intervenções. O papel dos entrevistadores consiste em garantir a estabilidade do ambiente, evitando rupturas, conduzindo o diálogo para zonas de conforto discursivo e mantendo a conversa dentro de parâmetros que assegurem sua continuidade como produto consumível. A recorrência de formulações genéricas, ancoradas no senso comum mais imediato, não é apenas expressão de superficialidade, mas elemento constitutivo de uma forma de mediação que substitui a complexidade por familiaridade, tornando o conteúdo rapidamente assimilável e, por isso mesmo, desprovido de maior densidade. É nesse ambiente que a fala de Galo opera, carregando consigo uma tensão constante entre a experiência concreta que a sustenta e as condições de sua circulação. Ao mencionar sua participação em greves, manifestações e ações diretas, sua fala insere na entrevista uma dimensão que escapa à lógica predominante do debate, remetendo a práticas organizadas em torno da intervenção direta sobre as condições de trabalho, e não da representação. Essa dimensão, no entanto, não se desenvolve plenamente, sendo continuamente atravessada por uma dinâmica que a reconduz ao nível da opinião, da comparação com outros atores e da disputa por reconhecimento no interior de um campo já estruturado pela visibilidade.

A crítica que Galo dirige às estruturas partidárias e a determinadas figuras públicas surge com uma força que deriva de sua posição externa a esses circuitos, mas também com limites evidentes, na medida em que permanece, em grande parte, no plano da denúncia, sem alcançar uma formulação mais sistemática das formas de organização que poderiam efetivamente superar os problemas apontados. Essa limitação não pode ser atribuída exclusivamente ao indivíduo, devendo ser compreendida em relação às condições em que sua fala se produz, uma vez que o espaço em que ela se insere não favorece a construção de mediações mais complexas, operando antes como um filtro que privilegia a imediaticidade e a resposta rápida.

A própria dinâmica do podcast contribui para esse efeito, ao organizar a entrevista como uma sequência de estímulos que se sucedem em ritmo acelerado, impedindo que qualquer questão seja levada às últimas consequências. O pensamento aparece fragmentado, constantemente interrompido por risos, comentários ou mudanças de assunto, configurando uma forma de discurso que se mantém em movimento permanente, mas que raramente se aprofunda, forjando um campo em que a política se apresenta como

fluxo, como circulação contínua de falas que se sucedem sem necessariamente se desenvolverem, produzindo uma sensação de debate que, no entanto, não se traduz em avanço efetivo da compreensão.

A passagem para o debate que se desdobra fora da entrevista, especialmente nas intervenções de figuras como Chavoso da USP e Humberto Matos, permite observar com ainda mais nitidez as tensões que atravessam o campo político no qual Galo passa a operar, uma vez que aquilo que, no interior do podcast, aparece de forma fragmentada e muitas vezes diluída, ganha contornos mais definidos quando confrontado com posições que procuram dar sentido e direção ao episódio.

Chavoso afirmou em vídeo que as críticas dirigidas a determinados atores deveriam ter sido feitas em âmbito privado, refletindo uma concepção de política que pressupõe a existência de um campo relativamente coeso, no qual a exposição pública de divergências seria prejudicial à luta. Essa posição se ancora em uma ideia de unidade que, ao invés de resultar de um processo de elaboração comum, antecede o próprio debate, funcionando como critério que regula aquilo que pode ou não ser dito em determinadas condições. O efeito dessa orientação é a contenção da crítica justamente nos pontos em que ela incide sobre formas de atuação já consolidadas no interior do próprio campo que se pretende transformador, criando uma espécie de zona protegida em que determinadas posições circulam sem serem efetivamente tensionadas. Chavoso também sugere que a visibilidade proporcionada por um podcast deveria ser utilizada prioritariamente para atacar ideologias dominantes, o que direciona a discussão para outro registro, igualmente revelador. Parte-se de uma compreensão segundo a qual o espaço midiático pode ser instrumentalizado de maneira relativamente direta, como se bastasse ocupar esse espaço com determinado conteúdo para produzir efeitos proporcionais à sua radicalidade. Isso diz muito sobre o "bom uso" de fachadas como as CPI´s... Essa leitura ignora que o próprio formato em questão opera segundo uma lógica que reorganiza as falas, submetendo-as a critérios de circulação, retenção e engajamento que não são definidos pelos participantes, mas pela estrutura que os abriga. A crítica, ao ingressar nesse circuito, não se mantém intacta, sendo traduzida, condensada e redistribuída de acordo com essas exigências, o que altera profundamente sua eficácia.

A ideia de que haveria uma ordem adequada de enfrentamento (primeiro os inimigos externos, depois as contradições internas), reforça uma visão estratégica que, embora compreensível em determinados contextos históricos, encontra dificuldades

quando aplicada a um cenário em que as formas de mediação política já se encontram profundamente integradas às dinâmicas de reprodução do capital. A distinção entre campos opostos perde nitidez quando setores que se apresentam como críticos operam, na prática, dentro de estruturas que reproduzem as mesmas lógicas de separação, especialização e gestão da política. Nessa situação, a crítica dirigida ao interior desse campo deixa de ser um desvio ou uma fragilidade e passa a constituir uma dimensão necessária da própria luta.

A intervenção de Humberto Matos explicita uma forma de compreensão da política que se apresenta como estratégica, responsável e orientada por um horizonte definido, mas que, examinada com mais atenção, mostra a permanência de uma estrutura que concentra a elaboração em instâncias separadas da prática social imediata. Ao enfatizar a necessidade de unidade, de maturidade no debate e de preservação de determinadas trincheiras, constrói-se um campo em que o conflito tende a ser regulado antes de se desenvolver, sendo traduzido em diferenças de tom, de abordagem ou de oportunidade, ao invés de ser tratado como expressão de divergências muito mais profundas. A referência constante à estratégia como elemento central da ação política introduz uma concepção na qual a definição dos rumos da luta aparece como tarefa de sujeitos ou instâncias dotadas de maior capacidade de elaboração, reforçando a divisão entre aqueles que pensam e aqueles que executam. Essa divisão, historicamente associada a determinadas leituras do bolchevismo, encontra, no contexto contemporâneo, novas formas de manifestação, especialmente quando articulada à centralidade da comunicação. A política passa a se organizar como campo de produção e circulação de discurso, no qual a capacidade de formular, ajustar e difundir posições assume um papel central, frequentemente em detrimento da construção de práticas coletivas mais enraizadas.

A distinção estabelecida entre manter princípios e modular o discurso de acordo com as condições de circulação evidencia a adaptação dessa forma de política às exigências do meio em que ela se realiza. A possibilidade de ajustar a forma sem alterar o conteúdo permite uma flexibilidade que facilita a inserção em diferentes espaços, mas também contribui para a separação entre discurso e prática, uma vez que a radicalidade pode ser preservada no plano da intenção enquanto sua expressão é continuamente calibrada. Esse movimento se articula com a lógica das plataformas digitais, onde a visibilidade depende de uma constante negociação com formatos, públicos e algoritmos, reforçando a tendência à especialização de determinados sujeitos na gestão dessa

comunicação. Essa especialização produz uma camada de mediadores que operam em relativa autonomia em relação às bases sociais que dizem representar, consolidando uma divisão do trabalho político em que diferentes funções são distribuídas entre sujeitos distintos. Alguns se ocupam da intervenção direta, outros da elaboração teórica, outros da comunicação, outros da atuação institucional. Embora essa divisão possa ser apresentada como necessária à complexidade da luta contemporânea, ela tende a reproduzir, no interior do próprio campo político, a separação entre direção e base.

A contraposição a essa forma de organização encontra expressão nas tradições que colocam a autoatividade da classe no centro do processo de transformação. A experiência dos conselhos operários, em diferentes momentos históricos, aponta para a possibilidade de formas de organização em que a deliberação sobre as condições de vida e de trabalho não é delegada a instâncias separadas, mas realizada diretamente pelos próprios trabalhadores. Nesse modelo, a distinção rígida entre elaboração e execução perde sentido, uma vez que a prática coletiva incorpora, simultaneamente, momentos de reflexão e decisão. O contraste entre essas duas perspectivas não se resolve no plano da retórica, nem pode ser reduzido a uma divergência de opiniões sobre táticas ou estratégias específicas. Ele se manifesta na própria forma que a política assume em cada caso, seja como direção concentrada, mediação e representação, seja como processo aberto de auto-organização e deliberação coletiva. A análise das falas que emergem a partir da entrevista de Paulo Galo permite identificar, com relativa clareza, a coexistência e o choque dessas formas no interior de um mesmo campo, evidenciando que as disputas contemporâneas não se limitam à escolha de alvos ou à definição de prioridades, mas dizem respeito à própria estrutura da ação política e às possibilidades efetivas de transformação social.

A entrevista permite ainda avançar para um nível mais profundo de análise, no qual as próprias categorias mobilizadas por Galo passam a exigir um exame, não apenas pelo que afirmam, mas pelo modo como se articulam com as condições históricas em que são formuladas. A afirmação de que “não tem como vencer a máquina, tem como quebrar a máquina”, longe de ser apenas uma frase de efeito, condensa uma percepção real acerca da assimetria estrutural entre os trabalhadores e os sistemas que organizam sua exploração, especialmente no contexto das plataformas digitais, onde o controle se realiza por meio de mecanismos opacos, descentralizados e de difícil apreensão imediata. A intuição de que a disputa não pode se limitar à tentativa de operar dentro dessas regras aponta para um reconhecimento, ainda que não sistematizado, dos limites das estratégias

que se restringem à adaptação. Essa percepção, no entanto, convive com uma ausência de mediações que permitiriam transformar essa intuição em um horizonte político mais consistente. A ideia de "quebrar a máquina" aparece como gesto, como imagem de ruptura, mas não se desdobra em uma análise das condições concretas sob as quais essa ruptura poderia ocorrer, nem das formas de organização capazes de sustentá-la. O problema não reside na radicalidade da formulação, mas na distância entre essa radicalidade e a construção de um processo histórico efetivo. A crítica atinge o alvo, mas permanece no nível da negação imediata, sem produzir uma elaboração que a conecte a práticas duradouras. Esse limite se articula com outro aspecto recorrente na entrevista, que é a tendência à generalização difusa, na qual questões complexas são condensadas em formulações amplas que produzem reconhecimento imediato, mas não avançam na determinação concreta dos problemas. O debate frequentemente desliza para um plano em que categorias como "esquerda", "povo", "política" ou "revolta" aparecem de maneira pouco diferenciada, criando uma espécie de campo homogêneo que obscurece as mediações internas, as divisões e as contradições que estruturam essas próprias categorias. A crítica ganha amplitude, mas perde precisão, e essa perda de precisão limita sua capacidade de intervenção.

A defesa da revolta popular como única via capaz de transformar a realidade expressa, por sua vez, uma leitura que reconhece o papel da ação coletiva, mas que tende a operar numa perspectiva imediata, no qual a explosão do conflito aparece como solução em si mesma. A história das lutas sociais, no entanto, mostra que a irrupção de movimentos de massa, por mais intensos que sejam, não se traduz automaticamente em transformação estrutural, sobretudo quando não encontram formas de organização capazes de sustentar, aprofundar e orientar esse movimento. A revolta, enquanto momento, pode romper a normalidade, mas a ausência de estruturas que permitam sua continuidade frequentemente abre espaço para recomposições que reconduzem o processo aos seus limites anteriores.

A tradição marxista, especialmente em suas vertentes mais críticas ao estatismo e ao centralismo partidário, oferece elementos fundamentais para compreender o impasse. A ênfase na autoatividade da classe, presente em autores como Marx e retomada por correntes posteriores, não se limita à afirmação de que a transformação deve ser protagonizada pelos próprios trabalhadores, mas implica uma crítica às formas que tendem a separar essa atividade de instâncias de direção externas. A emancipação não

pode ser concebida como resultado de uma ação conduzida por sujeitos especializados, nem como efeito automático de explosões espontâneas, exigindo a construção de formas organizativas nas quais a própria classe seja capaz de deliberar sobre seus caminhos. O que se observa, na fala de Galo, é a presença simultânea de uma crítica à delegação da política, expressa na desconfiança em relação aos partidos e à representação, e a ausência de uma formulação mais precisa das formas que poderiam substituir esse modelo. A recusa da mediação institucional não se traduz automaticamente na afirmação de uma mediação alternativa, deixando aberto um espaço em que a crítica corre o risco de se esgotar na denúncia. Esse vazio histórico é resultado de um período em que as formas tradicionais de organização perderam capacidade de mobilização, sem que novas formas tenham se consolidado de maneira estável.

Ao mesmo tempo, a circulação dessa crítica no interior de um ambiente mediado por plataformas digitais introduz uma nova camada de complexidade. A própria capacidade de comunicação de Galo, que constitui um de seus principais atributos políticos, se realiza dentro de estruturas que tendem a transformar essa comunicação em mercadoria, submetendo-a a critérios de visibilidade, engajamento e circulação que escapam ao controle direto dos sujeitos. A disputa pela consciência, nesse cenário, passa a se dar em um terreno no qual a forma de apresentação tem tanto peso quanto o conteúdo, criando uma situação em que a política se aproxima cada vez mais da lógica da produção de discurso.

A questão que se coloca, portanto, não se limita a avaliar se determinadas falas estão corretas ou equivocadas, mas a compreender como elas se inscrevem em uma configuração histórica na qual experiência, comunicação e organização se encontram profundamente tensionadas. A entrevista de Paulo Galo, tomada em sua totalidade, oferece um material privilegiado para observar esse entrelaçamento, evidenciando tanto a potência de uma experiência que emerge de condições reais de exploração quanto os limites impostos por formas de mediação que tendem a reorganizar essa experiência segundo uma lógica que não coincide com as exigências de uma transformação efetiva. Se o percurso desenvolvido até aqui permite apreender algo com maior nitidez, é o fato de que a entrevista de Paulo Galo não pode ser reduzida a um episódio isolado, nem tampouco a um conjunto de opiniões mais ou menos acertadas, mas deve ser situada como expressão de uma configuração histórica na qual experiência de luta, mediação comunicacional e formas políticas herdadas se entrelaçam de maneira tensa e, muitas

vezes, contraditória. A força de sua fala reside justamente no vínculo com uma experiência concreta de exploração que não se deixa dissolver completamente, que insiste em reaparecer sob a forma de denúncia, de inconformismo e de recusa, apontando para limites reais das estruturas existentes; ao mesmo tempo, essa força encontra obstáculos quando atravessa um campo em que a política se realiza cada vez mais como linguagem, como circulação e como gestão de posições. A coexistência de uma crítica à representação com a ausência de formas consolidadas de auto-organização, a presença de uma radicalidade discursiva que não se traduz automaticamente em prática coletiva, a centralidade crescente da comunicação em detrimento da construção de estruturas materiais de luta, tudo isso aponta para um momento em que as mediações tradicionais se encontram desgastadas, mas continuam operando, enquanto alternativas efetivas ainda se apresentam de maneira fragmentária e instável.

A tentação de resolver o impasse por meio de atalhos, seja pela aposta exclusiva na revolta imediata, seja pela confiança na direção estratégica de instâncias especializadas, seja pela crença na capacidade de disputar o espaço midiático como se ele fosse neutro, tende a reproduzir, sob novas formas, os limites já identificados. O desafio que se coloca não é escolher entre esses caminhos como se fossem alternativas isoladas, mas enfrentar a tarefa mais complexa de pensar e construir formas de organização que consigam articular experiência, elaboração e prática sem reintroduzir as separações que caracterizam a própria sociabilidade capitalista. A entrevista de Paulo Galo adquire um valor que ultrapassa o seu conteúdo imediato, funcionando como ponto de condensação de tensões que atravessam o presente: a distância entre palavra e ação, a captura de experiências de luta por circuitos de visibilidade, a persistência de formas políticas que já não respondem às condições atuais e a dificuldade de produzir novas formas que consigam se afirmar com consistência. Pensar essas tensões com rigor, sem concessões fáceis e sem simplificações, talvez seja uma das tarefas mais urgentes para qualquer projeto que pretenda ir além da reprodução das formas existentes e enfrentar, em termos efetivos, as condições que sustentam a dominação contemporânea.

Arthur Moura